

# Povo não entra na estréia da Carta

Só os constituintes, convidados e jornalistas credenciados terão acesso às dependências do Congresso Nacional no dia da promulgação da Constituição, 5 de outubro. O povo, se quiser assistir à solenidade, terá que ficar em casa e ver o evento pela televisão, depois de desfrutar do único momento de contratação popular com os parlamentares, na missa ecumênica marcada para as 9h. A grande festa da assinatura da Carta será encerrada com um jantar, no anexo IV da Câmara dos Deputados, oferecido pelo presidente Ulysses Guimarães aos presidentes de parlamentos de todos os países americanos, dos países de língua portuguesa e do parlamento espanhol.

Do lado de fora do Congresso, é esperada uma concentração tão numerosa quanto a que ocorreu no dia 1º de fevereiro do ano passado, quando foi instalada a Constituinte. Desta vez, no entanto, a população não ouvirá a sinfonia

da Orquestra que ocupou os gramados naquela data, mas terá como companhia uma banda militar e salvas de tiros de canhão, como parte das homenagens prestadas pelo EMPA à nova Carta. Apesar disto, todos os cantos do plenário da Câmara, incluindo as galerias que serão transformadas em tribuna de honra, serão bastante concorridos, pois além dos convidados estrangeiros, das autoridades federais e estaduais, do corpo diplomático, dos presidentes das confederações de trabalhadores e de empresários, dos dirigentes das centrais sindicais e representantes eclesiais, cada constituinte poderá convidar duas pessoas para a festa. Uma delas para as galerias e outra para um dos telões que serão instalados em locais amplos da Câmara e do Senado.

O secretário-geral da Mesa da Constituinte, Paulo Afonso Martins, confirmou ontem que não haverá alterações na programação: às 9h haverá a missa ecumênica, quando o presi-

dente Ulysses Guimarães deve estar presente, e às 15h30 tem início a sessão solene de promulgação, com a assinatura da Carta e Juramento coletivo de Ulysses e constituintes, do presidente Sarney e do presidente do Supremo Tribunal Federal, Rafael Mayer. Depois Ulysses Guimarães fará o discurso de encerramento dos trabalhos constitucionais.

A festa continua no Salão Negro, com o lançamento de selo comemorativo à data. A secretaria geral só não sabe informar ainda qual será o esquema da entrega das medalhas aos condecorados. Paulo Afonso acredita que isto possa ocorrer até no dia 6 de outubro, já que o ato faz parte das solenidades da promulgação. No Congresso, apesar do movimento de alguns constituintes contra a "premição" com medalhas de prata, também não ficou acertado como será, ou se haverá, a devolução das peças para leilão em benefício das entidades assistenciais.

JULIO ALCANTARA



Luze, câmera e ação: um momento histórico exige uma pose histórica do pernambucano Ricardo Fiúza

## Autógrafos e poses agora até domingo

Somente 20 Constituintes compareceram, ontem, ao Salão Negro do Congresso Nacional, para assinar a Constituição, totalizando 181 assinaturas nesses quatro primeiros dias de coleta. Diante dos poucos resultados, a Mesa resolveu prolongar até domingo o prazo para a finalização dos trabalhos, previsto anteriormente para quinta-feira.

Embora a cerimônia seja simples e rápida, o Congresso Nacional providenciou fotografos e operadores de videocâmeras para registrar o acontecimento para os constituintes que desejarem guardar as imagens do ato. Outros criam embaraços para a Mesa, por causa de sua informalidade, como foi o caso do deputado Paulo Delgado (PT/MG) que apareceu sem gravata criando dúvidas nos integrantes da Mesa: "Pode ou não pode assinar?" Acabou podendo.

O aparato das canetas representa um capítulo à parte. Cada qual deseja esmerar-se ao máximo, mas o clima especialmente seco de Brasília nesses dias não colabora e, às vezes, as belas e brilhantes canetas se recusam a funcionar, levando os funcionários encarregados dos trabalhos a comentarem baixinho: "A BIC é que funciona mesmo, as demais são bonitas mas não resistem as dez assinaturas necessárias".

Faltam 408 constituintes e, para facilitar, a Mesa abandonou o sistema de assinatura coletiva, por bancada de cada Estado. Das 9h às 18h, qualquer dos constituintes é "bem-vindo e pode cumprir seu dever". A única bancada que deseja cumprir o escalonamento previsto é a de Brasília que firmará a Constituição, em conjunto, amanhã às 9 horas da manhã.

## Empresas se preparam para cumprir a Carta

MARBA FURTADO Da Editoria de Política

A menos de 10 dias da promulgação da nova Constituição, o setor empresarial do Distrito Federal procura se informar, através de um seminário, sobre a abrangência da nova legislação trabalhista que terá que cumprir a partir do dia 5 de outubro. Na área da administração pública indireta não há ainda qualquer orientação sobre os procedimentos a serem adotados com a assinatura da Carta, mas em qualquer setor é unânime a interpretação de que, assim que for promulgada, a nova ordem jurídica deve ser obedecida no que couber aplicação imediata.

Como ficará, por exemplo, a situação de um pai que tiver seu filho nascido no dia 6 de outubro? Ele terá direito à licença paternidade? E a mãe, ganhará quatro meses de licença? Da Associação Comercial do Distrito Federal às diretorias das estatais, as respostas são as mesmas: se os dispositivos são auto-aplicáveis eles serão cumpridos.

Esta é a interpretação lógica fornecida também pelos constituintes. Os direi-

tos sociais se compõem de vários dispositivos auto-aplicáveis, que não deixam dúvida quanto ao seu cumprimento. Não são as licenças aos pais e às gestantes estão neste conjunto, mas também o pagamento de 30 por cento a mais do salário nas férias do trabalhador, a hora extra acrescida de 50 por cento de seu valor e até a multa de 40 por cento do FGTS, que deve ser paga pelo empregador sem justa causa. Este dispositivo, assim como a fixação de cinco dias para a licença paternidade, até que a lei defina outro prazo, se incluem nas Disposições Transitórias do novo texto e exigem aplicação imediata.

Embora acreditem que vários dispositivos serão auto-aplicáveis, de acordo com sua formulação na Constituição, os dirigentes das estatais devem receber do Conselho Interministerial de Salários das Estatais orientações quanto ao procedimento com a nova legislação. O CISE ainda não se pronunciou a respeito, mas é quem caberá este ato se necessário.

Ontem à noite a Federação do Comércio sediou mais uma palestra do se-

minário que fornece esclarecimentos ao setor empresarial sobre os dispositivos da Carta. Os empresários ouviram explicações do presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Marcelo Pimentel, sobre a legislação trabalhista na nova Constituição.

Para o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT/SP), não há o que discutir neste sentido. Sua interpretação é a de que, diante de normas definidas pela nova Constituição, que não exigem regulamentação por lei ordinária ou complementar, o trabalhador está com seus direitos assegurados. "Se um dispositivo não for cumprido, a Justiça decidirá", adianta.

O que nem os constituintes sabem ainda confirmar é a situação de alguém que está em férias quando a Constituição for promulgada: os dias que faltam para concluir o período serão pagos com um adicional de 30 por cento? Esta questão e outros detalhes ocasionais que surgirão nos dias de transição de um ordenamento jurídico para outro serão resolvidos entre empresários e trabalhadores na Justiça.

## Assinam em branco 29 políticos

Serão exatamente 588 os constituintes que irão promulgar a nova Constituição a 5 de outubro embora haja apenas 559 cadeiras na Constituinte. Outros 29 políticos também deverão deixar seus autógrafos na qualidade de constituintes licenciados, suplentes que estiveram no exercício do mandato durante os trabalhos e até constituintes que já renunciaram aos seus mandatos, como os atuais governadores do Paraná, Hélio Gueiros, do Paraná, Alvaro Dias e do Mato Grosso do Sul, Marcelo Miranda.



Oswaldo Lima Filho

Esses três exerciam o mandato de senador quando a Constituinte se instalou a 1º de fevereiro, renunciando pouco depois para assumir o governo dos seus Estados, a 15 de março de 1987.

Embora ausentes na fase final dos trabalhos, alguns constituintes tiveram participação importante como o deputado Antônio Britto (PMDB-RS), que se licenciou do mandato para disputar a Prefeitura de Porto Alegre. Britto foi um dos vice-líderes do senador Mário Covas, quando este comandava a bancada do PMDB.

Já um outro constituinte — o suplente Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE) — está fora do trabalho há quase um ano. As vésperas da votação do mandato do presidente Sarney na Comissão

de Sistematização, a 15 de novembro do ano passado, Lima Filho ficou sem o mandato por intercâmbio direto do governador Miguel Arraes. Lima Filho era a favor dos cinco anos e Arraes determinou que o titular, Marcos Queiroz, reassumisse o mandato, deixando a secretaria que ocupava.

Há também constituintes, como o deputado Francisco Dias (PMDB-SP) que não apresentou nenhuma emenda. Dias só assumiu o mandato quando o deputado Roberto Cardoso Alves se licenciou para assumir, há um mês, o Ministério da Indústria e do Comércio: E há um ilustre desconhecido, Fadiah Gattias, suplente do PMDB do

Mato Grosso do Sul.

A lista completa dos 29 é a seguinte: Alvaro Dias (governador do Paraná), Antônio Britto (licenciado), Bete Mendes (secretária da Cultura de São Paulo), Borges da Silveira (ministro da Saúde), Roberto Cardoso Alves (ministro da Indústria e do Comércio), Edivaldo Holanda (secretário de Estado), Expedito Júnior (secretário de Rondônia), Faddah Gattias (suplente), Francisco Dias (suplente), Geová Amante (suplente), Hélio Gueiros (governador do Paraná), Horácio Ferraz (licenciado), Hugo Napoleão (ministro da Educação), Iurival Nascimento (secretário de Estado de Goiás), Ivan Bonato (suplente de senador), Jorge Medauar (suplente), José Mendonça de Moraes (suplente), Leopoldo Bessone (ministro da Reforma Agrária), Marcelo Miranda (governador do Mato Grosso do Sul), Mauro Ferrary (suplente e amigo do presidente Sarney), Oswaldo Lima Filho (suplente), Nivaldo Machado (suplente de senador), Oswaldo Lima Filho (suplente), Paulo Almeida (suplente), Prisco Viana (ministro da Habitação), Ralph Biasi (ministro da Ciência e Tecnologia), Rosário Congo Neto (suplente), Sérgio Naya (suplente) e Tideu de Lima (secretário da Agricultura de São Paulo).

## Delfim diz que feriado é crime

São Paulo — O feriado proposto pelo presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, para o dia da promulgação da Constituição (5 de outubro) será "um crime de lesa-Pátria". Quem pensa assim é o deputado federal Delfim Netto (PDS-SP), ao afirmar que a sugestão de Ulysses custará ao País US\$ 1 bilhão (Cz\$ 344,5 bilhões) "para pouca Constituinte".

O ataque de Delfim Netto ao desfecho dos trabalhos da Constituinte visou, além do deputado Ulysses Guimarães, o próprio PMDB. Segundo ele, o que precisamos "é

trabalhar pelo menos 18 horas por dia para tirar o País do buraco que o PMDB enfiou". No momento, o deputado disse que se prepara para ajudar os candidatos de seu partido nas eleições que se aproximam, maneira de "devolver as gentilezas" que recebeu durante sua campanha eleitoral em 1986.

Entretanto, frisou que isso não significará que esteja em campanha visando qualquer cargo eleitoral, desmentindo os rumores de que já estaria se preparando para enfrentar as eleições de 1990 para o Governo do Estado de São Paulo.



Delfim

## Regulamentar direitos preocupa constituintes

O deputado Euclides Scalco (PSDB-PR) advertiu ontem que a sociedade pode vir a rebelar-se contra o Congresso Nacional, tomando a si a iniciativa do processo legislativo, caso demore muito a regulamentação dos 154 dispositivos da nova Constituição — 12 dos quais no capítulo dos direitos sociais — que não são auto-aplicáveis.

Scalco teme o Parlamento venha a ser a primeira vítima do mandato de injunção, o instrumento aprovado pela Constituinte que permite ao cidadão processar autoridades no caso de ter frustrada uma expectativa de direito.

Lembrando o exemplo da Constituição de 1946, da qual alguns artigos jamais chegaram a ser regulamentados, o parlamentar paranaense manifestou o temor de que alguns dos avanços da nova Carta fiquem apenas no papel por um longo tempo. "Temos três anos consecutivos de eleições pela frente, vai ser difícil conseguir o quorum necessário à aprovação das leis complementares", previu Scalco, admitindo ainda que pode haver setores interessados em protelar a aplicação das conquistas sociais.

O deputado Augusto Carvalho (DF), vice-líder do PCB, acusou formalmente a direita de pretender postergar indefinidamente o trabalho de regulamentação da nova Carta Magna. "Tudo o que prejudica os interesses do capital foi transferido para a legislação complementar e ordinária, com o objetivo evidente de boicotar as con-

quistas do trabalhador", avaliou o comunista brasileiro.

Para o deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), só uma mobilização intensa da sociedade garantirá os avanços inscritos na nova Constituição, durante a fase de regulamentação da Carta. "Ou nos mobilizamos ou perderemos tudo, pois o que a direita perdeu no jogo quer ganhar no tapetão", denunciou o parlamentar.

Para que se tenha uma idéia da importância da regulamentação, Zanetti citou o capítulo dedicado à educação. Segundo ele, muito do que foi aprovado pela Constituinte só vigorará efetivamente após a votação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que define na prática toda a estrutura do sistema de ensino brasileiro.

Mas os temas mais polêmicos que estão na pendência de regulamentação encontram-se, na opinião do deputado Euclides Scal-

co, no capítulo relativo aos direitos sociais. São 12 dispositivos — no total de 42 — condicionados à aprovação de lei complementar e 11 ordinárias, tratando desde a definição de demissão arbitrária (para efeito de indenização) até a relação das atividades essenciais (que terão direito de greve restrito) e a licença paternidade. "Vai ser uma guerra, pois a direita está querendo ir à forra", previu Augusto Carvalho.

UNIÃO

Para enfrentar os conservadores, os progressistas da Constituinte estão se articulando com o objetivo de preservar os avanços sociais na fase da regulamentação. Segundo o comunista Augusto Carvalho, o seu partido teve a iniciativa de relacionar os temas pendentes de regulamentação e vai propor às demais legendas de esquerda uma campanha de mobilização da sociedade em torno da manutenção das conquistas alcançadas na Constituinte.

Na opinião dele, todos os esforços devem ser dirigidos no sentido de forçar o Congresso a aprovar rapidamente as leis complementares e ordinárias exigidas pela nova Carta. Do contrário, acredita o parlamentar, a frustração popular pode levar à desmoralização do Poder Legislativo, exatamente no momento em que ele acaba de retomar as prerrogativas amputadas pelo regime militar.



Scalco

## Fim da Carta tira emprego de jornalista

Promulgada a Nova Carta, o programa de televisão Diário da Constituinte, o de rádio e o Jornal semanal, criados especialmente para divulgar os trabalhos da Constituinte serão extintos. A partir do dia 6 de outubro, os 77 funcionários contratados para trabalhar na elaboração e execução desses programas, serão dispensados. Parte desses profissionais são funcionários da Radiobrás e perderá apenas a gratificação paga pela Constituinte, atualmente em torno de 100 mil cruzados mensais.

O Diário da Constituinte foi ao ar durante 18 meses. Dos seus 33 funcionários — entre repórteres, redatores, cinegrafistas e produtores — apenas seis são funcionários da Radiobrás. Foram feitos 750 programas, veiculados em 160 emissoras de todo o País, sendo gravados 5 mil depoimentos de constituintes. O grupo de profissionais foi selecionado pela Radiobrás e cerca de 20, do total de 33, estarão desempregados a partir do próximo dia 6 de outubro.

A Voz da Constituinte fez cinco minutos cada, veiculados nas rádios AM e FM de todo o País. Possuía no seu quadro nove funcionários, todos requisitados da extinta EBN e que deverão ser devolvidos à Radiobrás. A gratificação desses profissionais era, em média, de 80 mil cruzados por mês.

Os 35 funcionários do Jornal da Constituinte encontram-se numa situação mais tranquila: todos são funcionários do quadro da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Jornal era feito num esquema de hora extra. Esses funcionários não foram deslocados de suas funções normais. Trabalhavam no jornal após as 18 horas. Não perderão o emprego, mas deixarão de receber a gratificação, também situada na faixa dos 100 mil cruzados por mês pela prestação de trabalho noturno.

## CNB abre 30 Constituições

Dentro das comemorações da promulgação da nova Constituição, o Conjunto Nacional de Brasília vai promover de 1º a 15 de outubro a Exposição Constituinte, onde serão mostradas Cartas Constitucionais de 30 países, além de boa parte da documentação referente aos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte Brasileira. Conforme o gerente de marketing do Conjunto Nacional, Carlos Carvalho, as Constituições estrangeiras serão apresentadas com textos traduzidos para o português e as respectivas bandeiras das Nações.

Sobre a Constituição do Brasil ele informa que farão parte emendas, pareceres, propostas populares, destaques, anteprojeto, enfim a documentação que envolveu o trabalho que chegou ao texto constitucional que será promulgado em 5 de outubro. Entre os cerca de 60 textos individuais, os organizadores estão mantendo entendimentos com o Palácio do Planalto para que possa fazer parte da Exposição, a Constituição que permanece na Mesa do Presidente Sarney.

Além da presença de diversos constituintes, como o relator Bernardo Cabral, o 1º secretário Marcelo Cordeiro, está sendo convidado o presidente da Constituinte Ulysses Guimarães.

## Senado já tem anteprojeto do regimento

A Comissão de senadores encarregada de elaborar o novo regimento do Senado recebeu ontem à noite o anteprojeto do texto, que será encaminhado até o final da semana à Mesa Diretora. Segundo o primeiro secretário, senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA), o principal objetivo das mudanças propostas é agilizar a tramitação das matérias na Casa.

— Como não se vai aprovar questões por decurso de prazo, é preciso evitar que se impeça a tomada de decisões, sem acabar com o legítimo direito de obstrução da minoria — afirma Jutahy.

Entre as novidades do futuro regimento está o estabelecimento de um tempo mínimo entre um e outro pedido de verificação de quorum, a fixação de um horário para o início da ordem do dia mesmo que haja orador na tribuna e a diminuição do número de comissões técnicas, de dezotto para oito. "É melhor ampliar as atribuições de cada comissão e permitir a efetiva participação dos seus membros. Hoje você tem cada senador em quatro ou cinco comissões, o que torna esta participação impossível.